

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 7 de março de 2025 • Nº 2004 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IRREGULARIDADE

Mudança no Pix atinge chaves com CPF

As novas regras de uso do Pix devem afetar 8 milhões de chaves ligadas ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), informou ontem, em Brasília, o chefe adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central (BC), Breno Lobo. Ontem, o

BC publicou alterações nas regras do Pix para suspender as chaves de CPFs e do Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJs) que não estejam regulares na Receita Federal. Segundo o BC, a medida visa aprimorar a segurança das transações e impedir a aplicação de golpes via Pix, utili-

zando nomes diferentes daqueles armazenados na base de dados da Receita Federal. A norma determina que o CPF com situação cadastral suspensa, cancelada, titular falecido e nula não poderá ter chave Pix registrada na base de dados do BC. **PÁGINA 2**

FOLIA LUCRATIVA

Carnaval movimentou R\$ 6,5 bi no Rio de Janeiro

O carnaval no Rio de Janeiro teve mais de 8 milhões de foliões que movimentaram R\$ 6,5 bilhões, sendo cerca de R\$ 5 bilhões apenas na capital. A informação é da Secretaria estadual de Turismo. "Recebemos (turistas de) 160 países. Foi um carnaval atípico positivamente em relação ao ano passado. Tivemos uma ocupação hoteleira de 98,6%, também histórica. No interior do RJ, também tivemos uma ocupação histórica de 87% no setor de hotéis", disse Nilo Félix, subsecretário de Turismo. Segundo a Secretaria de Segurança, houve queda de 64% nos furtos a pedestres em relação ao carnaval de 2024; queda de 9% de crimes de letalidade; 25% a menos de roubo de rua e 33% a menos de roubo de veículo. **PÁGINA 6**

JANEIRO

SP: vendas da indústria de transformação crescem 18,4%

As vendas da indústria de transformação do estado de São Paulo cresceram 18,4% em janeiro, em comparação com o primeiro mês de 2024. Em relação a dezembro do ano passado, a alta foi de 15,7%. Os dados são da Federação da Indústria do Estado de SP. De acordo com a entidade, o crescimento, atípico para o 1º mês do ano, foi influenciado principalmente pela alta nas vendas de setores como o de veículos, o de produtos de metal e de metalurgia. As horas trabalhadas na produção também tiveram alta em janeiro. Subiram 0,7% em relação a dezembro e 3,6% em relação a janeiro de 2024. Já em relação aos salários, não houve variação em janeiro comparado a dezembro, mas houve alta de 0,7% em comparação a janeiro de 2024. **PÁGINA 2**

INFLAÇÃO

Governo Lula zera imposto de importação de alimentos



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (foto), anunciou na noite de ontem, a zeragem na alíquota do imposto de importação sobre diversos alimentos para garantir uma redução no preço de determinados itens, como carne, café, açúcar e milho. O anúncio foi feito após reunião de ministros com empresários do setor. A medida deverá passar pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) antes de entrar em vigor. "É questão de dias", disse Alckmin. Ele avaliou que é difícil explicitar o efeito matemático sobre cada item, mas garantiu que a ideia é reduzir os preços e manter o poder de compra dos cidadãos. Além de zerar as alíquotas, Alckmin disse que o Ministério da Agricultura vai acelerar a análise das questões fitossanitárias em relação a outros países que comercializam com o Brasil.

Impacto de renúncia será estimado em notas técnicas dos ministérios

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse ontem, que as medidas para baratear os preços dos alimentos, anunciadas ontem à noite pelo governo federal, ainda terão impacto fiscal calculado pelos ministérios responsáveis. Há, por exemplo, redução de alíquotas de importação de vários produtos. Mello disse que a queda na arrecadação não deve ser grande, mas que os consumidores sentirão a diferença. **PÁGINA 3**

CADEIA NELE



TRT RORAIMA

General golpista nega participação em tentativa de golpe

O ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira (foto) negou ontem ter atuado para efetivar um golpe de Estado no Brasil em 2022. A declaração consta na manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia da trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nogueira, que é general do Exército, foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a tentativa de golpe de Estado para impedir o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além do militar, o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 32 acusados também fazem parte da denúncia. O general foi acusado de endossar críticas ao sistema eleitoral, instigar a tentativa de golpe e de apresentar uma versão do decreto golpista para pedir apoio aos comandantes das Forças Armadas. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 0,30% / 123.420,42 / 373,57 / Volume: 21.715.629.404 / Negócios: 4.612.921			Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	1,06% (fev.)	EURO turismo									
Mais Negociados			Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento	%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	1,23% (fev.)	Compra: 6,2947	Venda: 6,4747				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(29/01)	13,25%	(29/01)	12,15%	Compra: 5,7489	Venda: -0,73%			
NACIONAL PN *	51,020		PDG REALT ON EG NM	0,89	+64,81	+0,35	SONDOTECHCAPNB	36,80	-20,00	-9,20	Dow Jones	42.579,08	-0,99					
HAPVIDA ON NM	2,08	-2,35	-0,05	MELIUIZ ON NM	3,840	+16,36	+0,540	MARCOPOLO PN ED N2	6,80	-8,60	-0,64	S&P 500	5.738,52	-1,78	NASDAQ Composite	18.069,255	-2,61	
PETROBRAS PN N2	34,26	-1,04	-0,36	CASAS BAHIA ON NM	3,030	+14,34	+0,380	MARCOPOLO ON ED N2	5,33	-6,98	-0,40	Nasdaq 100	20.052,634	-2,79	EURO			
COGNA ON ON NM	1,57	+0,64	+0,01	SPTURIS PNB	55,00	+10,00	+5,00	BRB BANCO PN	6,03	-6,66	-0,43	Euronext 100	1.597,9	+0,52	BM&F/grama/RJ	R\$ 542,25	Compra: 5,7564	Venda: 5,7570
BRADESCO PN EJ N1	11,55	+0,84	+0,10	PLANDERLAND ON NM	10,660	+8,78	+0,860	MRS LOGISTICA	30,00	-6,25	-2,00	CAC 40	8.197,67	+0,29	EURO Comercial		Compra: 6,2178	Venda: 6,2184
															Compra: 5,8032	Venda: 5,9832		

MERCADOS



Bolsa engata 2º ganho, aos 123,3 mil pontos, com setor metálico

LUIÍS EDUARDO LEAL/AE

Com Petrobras (ON -0,75%, PN -1,04%) ainda na defensiva apesar da estabilização do petróleo na sessão, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) buscou um segundo dia de leve avanço, e chegou a hesitar em direção ao fechamento, acima da estabilidade (+0,25%), aos 123.357,55 pontos, com giro a R\$ 21,7 bilhões. O dia foi misto para os grandes bancos, e de ganho firme para Vale ON (+1,10%), a principal ação do índice, assim como para outros nomes do setor metálico, como Gerdau (PN +1,2%). Entre a mínima e a máxima, o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou dos 122.680,93 pontos aos 124.111,92 pontos, saindo de abertura aos 123.047,53. Na semana e no mês, sobe 0,45% e, no ano, avança 2,56%.

Em Nova York, as perdas ficaram entre 0,99% (Dow Jo-

nes) e 2,61% (Nasdaq). Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Natura (+5,83%), CPFL (+5,03%), Automob (+4,17%) e CSN Mineração (+3,59%). No lado oposto, Marcopolo (-8,6%), Pão de Açúcar (-2,8%), Marfrig (-2,74%) e Brava (-2,66%).

DÓLAR

Após trocas de sinal e oscilações contidas ao longo do dia, o dólar encerrou o pregão de ontem, em alta de 0,06%, a R\$ 5,7597, na contramão do sinal predominante de queda da moeda americana no exterior. Operadores atribuíram a falta de fôlego do real a ajustes técnicos e à recomposição de posições defensivas no segmento futuro, após o dólar ter recuado 2,71% quarta-feira.

No início da tarde, a divisa chegou a esboçar um movimento mais forte de alta, ultrapassando pontualmente o nível de R\$ 5,78.

CORTES DE GERAÇÃO

Energia: CMSE decide criar grupo de trabalho

RENAN MONTEIRO/AE

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu ontem, criar um grupo de trabalho (GT) para tratar do problema de cortes de geração de energia, conhecido no jargão do setor como curtailment.

Em nota, foi informado que esse grupo vai coordenar ações e realizar diagnóstico, além de avaliar e propor medidas de "planejamento, regulatórias e operacionais" para mitigar cortes de geração renovável.

O Comitê cita como exemplo a ampliação e os reforços da rede de transmissão, a indicação de "novos compensadores síncronos" para a região Nordeste, bem como a antecipação de obras de linhas de transmissão.

Além disso, é mencionado "aperfeiçoamentos" dos mode-

los dinâmicos das usinas renováveis e da metodologia de corte de geração.

O GT vai tratar também da programação dos cortes de produção de energia, ou seja, do planejamento de quando essas interrupções poderiam ocorrer. Outra frente de discussão é a utilização de sistemas de armazenamento de energia - o que poderia ajudar a mitigar o problema. Na primeira reunião será estabelecido o plano de trabalho.

O grupo será coordenado pela Secretaria de Energia Elétrica, de Gentil Nogueira, com participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

ACSP

Confiança do consumidor cai 2,9%

CAROLINE ARAGAKI/AE

O Índice Nacional de Confiança (INC) elaborado para a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) pela PiniOn recuou 2,9% em fevereiro de 2025, tanto na margem (ante o mês anterior), quanto na comparação com janeiro de 2024, para 99 pontos. O indicador, assim, foi ao campo pessimista (abaixo de 100 pontos), o que não ocorria desde junho de 2024.

Em termos regionais, houve queda da confiança para todas as regiões do País, principalmente no Centro-Oeste e Norte. No caso das classes socioeconômicas, também houve recuo generalizado, com destaque para as famílias pertencentes à classe C.

"O INC recuou pelo segun-

do mês consecutivo, por conta do desaquecimento da atividade econômica, que começa a se refletir na menor geração de empregos, além da aceleração da inflação", avalia o economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamba.

Ele destaca o aumento nos preços de produtos básicos, como alimentos e bebidas, mencionando ainda um contexto de elevado grau de endividamento das famílias e juros altos, "o que tende a deixar o consumidor mais cauteloso na hora de comprar".

Segundo a ACSP, houve deterioração da percepção das famílias em relação à situação financeira atual e em termos das expectativas futuras de renda e emprego, com redução da segurança no emprego.

IRREGULARIDADE

Nova regra do PIX deve atingir 1% de chaves ligadas a CPF

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

As novas regras de uso do Pix devem afetar 8 milhões de chaves ligadas ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), informou ontem, em Brasília, o chefe adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central (BC), Breno Lobo. Ontem, o BC publicou alterações nas regras do Pix para suspender as chaves de CPFs e do Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJs) que não estejam regulares na Receita Federal.

Segundo o BC, a medida visa aprimorar a segurança das transações e impedir a aplicação de golpes via Pix, utilizando nomes diferentes daqueles armazenados na base de dados da Receita Federal. A norma determina que o CPF com situação cadastral suspensa, cancelada, titular falecido e nula não poderá ter chave Pix registrada na base de dados do BC.

Atualmente, o BC registra 836 milhões de chaves Pix cadastradas, das quais 796 milhões são ligadas a pessoas físicas (CPF). Desse total, 99% estão em situação regular e apenas 1% - cerca de 8 milhões - apresenta problemas. Os dados são de fevereiro.

Breno Lobo informou ainda que o BC identificou que a maior parte das inconsistências está relacionada a problemas com a grafia de nomes e que a medida

também vai ajudar a resolver esse tipo de problema cadastral de pessoas físicas.

"No banco você só pode abrir uma conta com CPF e CNPJ válido; por falhas nesse processo os bancos deixam passar nomes diferentes do CPF e do CNPJ", disse. "Meu nome é Breno e vamos dizer que o banco registre, na minha conta, o nome Bruno, isso é um problema e o próprio banco tem mecanismos para resolver", explicou.

Além dos problemas com grafia de nomes, o Banco Central também identificou irregularidades envolvendo CPFs de pessoas falecidas e que ainda constam da base de dados cadastrais dos bancos. Na avaliação do BC, a medida vai ajudar a resolver esse problema cadastral, já que esses CPFs têm sido usados para aplicar golpes.

O diretor do BC reiterou que a medida não é voltada para questões fiscais, mas para erros ou inconsistências cadastrais e foi tomada após o BC identificar a utilização de chaves Pix vinculadas a nomes e CPFs que não correspondiam ao registrado nas bases da Receita Federal.

"O que a gente quer impedir é que um fraudador registre qualquer chave em qualquer banco com um nome diferente do que está [registrado] na Receita Federal. Um exemplo é o fraudador que registra, por exemplo, o nome de pagamentos IPVA com

o CPF e outro nome cadastrado na Receita", disse Lobo durante entrevista, em Brasília, para explicar as mudanças. "Essa é a fraude que a gente está querendo impedir", reiterou.

EMPRESAS

Em relação a empresas, a norma diz que o CNPJ com situação cadastral suspensa, inapta, baixada e nula também não poderá ter chaves Pix registradas na base de dados do Banco Central.

Atualmente, o BC tem registradas 39,8 milhões de chaves vinculadas a CNPJs. Desse total, 95% estão com a situação regular, o restante - cerca de 2 milhões - apresenta problemas na comparação com a base de dados da Receita. Desse total, 59% estão com o CNPJ inapto, 39% na situação de CNPJ baixado, quando a empresa encerra suas atividades, e 2% estão com o CNPJ suspenso.

Entre os problemas encontrados pelo BC estão CNPJ sem validade, não cumprimento de obrigações legais, indícios de fraude e mais de dois anos sem apresentar demonstrativos ou declaração contábil, o que, na avaliação da autoridade monetária, configuraria uma situação que beira a fraude.

Questionado se as regras de suspensão poderiam afetar diretamente microempreendedores individuais (MEIs), que, muitas

vezes, por não contar com estrutura contábil adequada acabam atrasando a entrega de declarações e ficam com pendências fiscais junto à Receita Federal, Lobo disse que o BC está trabalhando com o órgão para minimizar a situação.

"A gente vai acompanhar junto à Receita Federal a situação do MEI para que isso não aconteça. Operacionalmente, ainda não desenhamos a forma, mas conversamos com a Receita para poder operacionalizar e não permitir que situações fiscais interfiram no uso do Pix por parte dos MEIs", acentuou.

SEM DATA

As novas regras ainda não têm data para entrar em vigor. Breno Lobo esclareceu ainda que toda chave Pix contém informações que ficam vinculadas à chave, como CPF, CNPJ, nome do titular, nome fantasia, data de abertura da conta na qual a chave está vinculada e data de criação da chave, por exemplo.

A estimativa do BC é que - dentro de 30 dias - os bancos já tenham limpo as informações fraudulentas ou incorretas de suas bases de dados.

"A gente quer evitar o uso de empresas abertas com nomes para legitimar golpes. {Preten-demos} dificultar a vida dos fraudadores e dos golpistas na hora da aplicação de golpes", finalizou.

JANEIRO

São Paulo: vendas da indústria de transformação crescem 18,4%

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

As vendas da indústria de transformação do estado de São Paulo cresceram 18,4% em janeiro, em comparação com o primeiro mês de 2024. Em relação a dezembro do ano passado, a alta foi de 15,7%. Os da-

dos são da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com a entidade, o crescimento, atípico para o primeiro mês do ano, foi influenciado principalmente pelo crescimento nas vendas de setores como o de veículos, o de produ-

tos de metal e de metalurgia.

As horas trabalhadas na produção também tiveram alta em janeiro. Subiram 0,7% em relação a dezembro e 3,6% em relação a janeiro de 2024. Já em relação aos salários, não houve variação em janeiro comparado a dezembro, mas houve alta de

0,7% em comparação a janeiro de 2024.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria paulista ficou em 74,2% em janeiro, 2,8 pontos percentuais abaixo da média para os meses de janeiro, de 77%, calculada desde 2007.

BANCO CENTRAL

Fluxo cambial total em 2025, até fevereiro, é negativo em US\$ 7,181 bi

CÍCERO COTRIM/AE

O fluxo cambial do Brasil foi negativo em US\$ 7,181 bilhões entre janeiro e fevereiro deste ano, segundo dados preliminares divulgados ontem, pelo Banco Central. O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 9,865 bilhões, e o comercial, entrada de US\$ 2,684 bilhões.

O canal financeiro teve compras de US\$ 88,987 bilhões e vendas de US\$ 97,851 bilhões no período. O segmento reúne investimentos diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamentos de juros, entre outras operações.

A conta de comércio exterior teve importações de US\$ 38,593

bilhões e exportações de US\$ 41,277 bilhões. Nas exportações, estão inclusos US\$ 4,458 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 11,263 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 25,556 bilhões em outras operações.

MENSAL

O fluxo cambial do Brasil foi negativo em US\$ 256 milhões em fevereiro, aponta o BC. O canal financeiro teve saída líquida de US\$ 5,163 bilhões. O comercial, saldo positivo de US\$ 4,907 bilhões.

O canal financeiro teve compras de US\$ 42,936 bilhões e vendas de US\$ 48,099 bilhões. O segmento reúne investimentos

diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamentos de juros, entre outras operações.

A conta de comércio exterior teve importações de US\$ 16,619 bilhões e exportações de US\$ 21,526 bilhões. Nas exportações, estão inclusos US\$ 2,199 bilhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 7,106 bilhões em pagamento antecipado (PA) e US\$ 12,221 bilhões em outras operações.

SEMANA

O fluxo cambial do Brasil foi positivo em US\$ 410 milhões na semana passada, segundo dados preliminares divulgados nesta quinta-feira, pelo BC. O canal financeiro teve saída líquida de

US\$ 2,681 bilhões entre os dias 24 e 28 de fevereiro. O comercial, entrada de US\$ 3,091 bilhões.

O canal financeiro teve compras de US\$ 13,198 bilhões e vendas de US\$ 15,879 bilhões no período. O segmento reúne investimentos diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamentos de juros, entre outras operações.

A conta de comércio exterior teve importações de US\$ 4,543 bilhões e exportações de US\$ 7,634 bilhões na semana. Nas exportações, estão inclusos US\$ 771 milhões em adiantamento de contrato de câmbio (ACC), US\$ 1,560 bilhão em pagamento antecipado (PA) e US\$ 5,303 bilhões em outras operações.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

INFLAÇÃO

Governo zera imposto de importação de alimentos

GIORDANNA NEVES, SOFIA AGUIAR, AMANDA PUPO E CAIO SPECHOTO/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (foto), anunciou na noite de ontem, a zeragem na alíquota do imposto de importação sobre diversos alimentos para garantir uma redução no preço de determinados itens, como carne, café, açúcar e milho. O anúncio foi feito após reunião de ministros com empresários do setor.

A medida deverá passar pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) antes de entrar em vigor. "É questão de dias", disse Alckmin. Ele avaliou que é difícil explicitar o efeito matemático sobre cada item, mas garantiu que a ideia é reduzir os preços e manter o poder de compra dos cidadãos.

Além de zerar as alíquotas, Alckmin disse que o Ministério da Agricultura vai acelerar a análise das questões fitossanitárias em relação a outros países que comercializam com o Brasil. "Às vezes, tem país que não pode vender para o Brasil, mas



JOSÉ CRUZ - ABRASIL

vai acelerar a análise dessa questão", explicou. O vice-presidente também anunciou outras medidas, como estímulo e prioridade para cesta básica no Plano Safra e fortalecimento dos estoques reguladores pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Veja abaixo como ficará a alíquota de imposto de importação sobre cada produto:

- **Carne** - alíquota passa de 10,8% para 0%
- **Café** - alíquota passa de 9% para 0%
- **Açúcar** - alíquota passa de 14% para 0%

- **Milho** - alíquota passa de 7,2% para 0%
- **Óleo de girassol** - alíquota passa de 9% para 0%
- **Azeite** - alíquota passa de 9% para 0%
- **Óleo de palma** - cota de importação era 65 mil toneladas e passa para 150 mil toneladas
- **Sardinha** - alíquota passa de 32% para 0%
- **Biscoito** - alíquota passa de 16,2% para 0%
- **Massas alimentícias** - alíquota passa de 14,4% para 0%

SISTEMA SANITÁRIO

O vice-presidente anunciou

uma aceleração no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi) como tentativa de baixar os preços dos alimentos, uma das principais preocupações do governo federal no momento.

"O Ministério da Agricultura já passou de 300 para 1.500 de Sisbs. A meta é chegar em 3 mil", declarou Alckmin. Esse sistema funciona com uma espécie de municipalização da inspeção, descentralizando o trabalho e acelerando as inspeções. O vice-presidente mencionou produtos como leite e mel entre os prováveis envolvidos nessa aceleração.

Alckmin disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou uma série de medidas sobre o tema, e os anúncios desta quinta-feira, 6, seria apenas o primeiro pacote. Lula teve reunião com ministros sobre o assunto. Depois, os auxiliares do presidente da República conversaram com representantes do setor produtivo - e os anúncios vieram em seguida. Alckmin classificou o encontro com empresários, no Palácio do Planalto, de "muito produtivo".

AÇO

Alckmin conversa com secretário dos EUA sobre tarifas

AMANDA PUPO/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, conversou por quase uma hora ontem, com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick. A reunião que ocorreu no fim da tarde por videoconferência e também contou com Jamieson Greer, representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). O contato do vice-presidente aconteceu enquanto o Brasil busca negociar com os americanos uma forma de escapar da sobretaxa que os EUA querem cobrar do aço importado, o que irá afetar as vendas brasileiras para o país.

Alckmin se cercou de auxiliares do MDIC e do Itamaraty para conversar com Lutnick e Greer. Segundo apurou o *Broadcast*, estavam presentes o número 2 do ministro, Márcio Elias Rosa, a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, a secretária da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Marcela Carvalho, o secretário de Desenvolvimento Indus-

trial, Inovação, Comércio e Serviços, Wallace Moreira, o diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty, Fernando Pimentel, e o Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros da pasta, Maurício Lyrio.

Na terça-feira, Donald Trump reforçou seu plano de impor tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio que chegam de fora aos Estados Unidos. Aqui, por sua vez, o setor siderúrgico aposta na função estratégica que o aço brasileiro exportado exerce na indústria americana para manter o acordo de 2018. Por ele, o Brasil pode exportar anualmente 3,5 milhões de toneladas de aço semiacabado e 687 mil toneladas de laminados aos EUA, arranjo que evitou a sobretaxa anunciada pelo republicano em seu primeiro mandato.

Alckmin tem defendido a manutenção dessas cotas e uma saída negociada com os Estados Unidos. O ministro argumenta que o Brasil não é um problema para os americanos, uma vez que a balança comercial entre os dois países é superavitária para o lado dos EUA.

Impacto de renúncia será estimado em notas técnicas dos ministérios

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse ontem, que as medidas para baratear os preços dos alimentos, anunciadas ontem à noite pelo governo federal, ainda terão impacto fiscal calculado pelos ministérios

responsáveis. Há, por exemplo, redução de alíquotas de importação de vários produtos.

Mello disse que a queda na arrecadação não deve ser grande, mas que os consumidores sentirão a diferença. O secretário afirmou que o objetivo é au-

mentar a competitividade e reduzir os preços no mercado interno. Também afirmou que alguns gêneros são importados atualmente em pequena quantidade porque tinham alíquotas altas - ou seja, as compras de produtos do exterior poderiam

aumentar com a redução dos impostos.

"Vários desses produtos têm nível de importação pequeno exatamente porque têm tributação sobre importação elevado", declarou o secretário do Ministério da Fazenda.

RENOVABIO

Para instituto, não há riscos de desabastecimento de combustíveis

TALITA NASCIMENTO/AE

O Instituto Combustível Legal (ICL) e suas associadas afirmaram em nota que não há riscos de desabastecimento no mercado brasileiro de combustíveis. O posicionamento vem após a fala da Associação Nacional de Distribuidores de Combustível (ANDC), que afirmou que "fabricantes de biocombustíveis estariam se recusando a vender para distribuidores incluídos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis na lista

de inadimplentes do Renovabio".

O ICL afirmou total apoio a lei 15.802/2024, que endurece penas e promove multas com teto de R\$ 500 milhões pelo não cumprimento de metas do Renovabio.

As novas regras classificam e punem como crime ambiental, caso o agente não esteja alinhado com os objetivos de descarbonização do programa, determinados pela ANP.

Outro tópico apoiado pelo Instituto Combustível Legal é que as listas das sanções admi-

nistrativas e pecuniárias dos agentes que não cumprirem metas do Renovabio continuem sendo publicados no site da ANP.

O ICL considera que a nova legislação é um avanço para um segmento mais ético e cada vez mais em sinergia com práticas de compliance. "Quando a nova lei entrar em vigor e tiver sua devida regulamentação - possivelmente, a partir de 30 de março - proibirá que seja comercializado qualquer combustível por distribuidor inadimplente com

sua meta individual de aquisição de créditos de descarbonização (CBIOS), além de ser possível a cassação da autorização operacional da empresa pela ANP", diz Emerson Kapaz, presidente do ICL.

No último ciclo do Renovabio, 55 empresas deixaram de cumprir suas metas. No total, elas deixaram de adquirir 7,8 milhões de CBIOS.

Enquanto isso, as associadas do ICL fizeram parte das 102 distribuidoras do país, que cumpriram integralmente os objetivos do programa em 2024.

IBPO

Expedição de papelão ondulado cai 1,2% em janeiro

TALITA NASCIMENTO/AE

O Boletim Estatístico Mensal da Empapel aponta que o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) caiu 1,2% em janeiro, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 149,2 pontos.

A expedição de caixas, acessórios e chapas de papelão on-

dulado alcançou 335.067 toneladas no mês.

Por dia útil, o volume de expedição foi de 12.887 toneladas, uma queda de 1,2% na comparação interanual.

Nos dados livres de influência sazonal, o Boletim Mensal de janeiro registrou queda de 0,3% no IBPO, para 153,9 pontos, equivalentes a 344.740 toneladas.

ANEC

Exportação de soja deve alcançar 14,8 mi de toneladas em março

GABRIEL AZEVEDO/AE

O Brasil deve exportar 14,798 milhões de toneladas de soja em março, um crescimento de 9,2% (1,25 milhão de toneladas) em comparação com igual mês do ano passado, quando foram embarcados 13,548 milhões de toneladas, apontou ontem, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Em relação a fevereiro deste ano, quando as exportações do grão totalizaram 9,586 milhões de toneladas, o avanço previsto é de 54,4%.

As exportações de farelo de soja foram estimadas em 2,045 milhões de toneladas neste mês, um aumento de 13,6% (244,5 mil toneladas) sobre o 1,8 milhão de toneladas que foram embarcadas em março de 2024. Na comparação com fevereiro deste ano, quando os embarques somaram 1,467 milhão de toneladas, o crescimento projetado é ainda maior, de 39,4%.

A projeção da Anec para as exportações de milho em março é de 337,6 mil toneladas, uma alta de 140,2% (197,1 mil

toneladas) em relação a março do ano passado, quando os embarques somaram 140,5 mil toneladas. No entanto, o volume representa uma queda expressiva de 73,8% na comparação com fevereiro deste ano, quando o Brasil exportou 1,291 milhão de toneladas do cereal.

Os embarques de trigo devem totalizar 145 mil toneladas neste mês, um recuo de 81,9% (654 mil toneladas) frente às 799 mil toneladas registradas em igual período de 2024. Na comparação com fevereiro, quando as exportações foram de 553,3 mil toneladas, a retração projetada é de 73,8%.

Na semana entre 23 e 29 de fevereiro, foram exportados 3,394 milhões de toneladas de soja; 417,8 mil toneladas de farelo; 222,3 mil toneladas de milho; e 85,1 mil toneladas de trigo, de acordo com os dados da Anec.

A previsão para a semana de 2 a 8 de março, baseada no lineup dos portos, é de que os embarques de soja alcancem 4,122 milhões de toneladas; os de farelo, 586,7 mil toneladas; os de milho, 175,5 mil toneladas, e os de trigo, 93 mil toneladas.

TESOURO

EUA estão identificando barreiras não tarifárias e leis injustas, diz secretário

THAIS PORSCH/AE

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, disse ontem, que o governo norte-americano está identificando barreiras tarifárias e leis injustas aos EUA, incluindo agentes que "reduzem a concorrência, suprimem salários e manipulam a moeda". Em discurso no Clube Econômico de Nova York, Bessent alegou que as políticas tarifárias do governo Donald Trump iniciaram um processo de reorientação das relações econômicas dos EUA para revisar parcerias que

não agregam aos norte-americanos.

"Trump acredita que as tarifas são uma boa fonte de receita, protegem os trabalhadores e criam uma vantagem nas negociações. Hoje, subsidiamos o resto do mundo", acrescentou o secretário.

Em sessão de perguntas e respostas, Bessent declarou que a política tarifária pode financiar cortes no imposto de renda nos EUA e que as tarifas recíprocas de abril dependerão do caminho e "de nossos parceiros comerciais".

Segundo ele, as medidas tari-

fárias podem ser um ajuste de preço único.

Ele também disse que é preciso revisar as tarifas com a China, mas não forneceu mais detalhes.

FOCO EM RENDIMENTOS

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos ainda afirmou que o governo quer se concentrar no rendimento de 10 anos e como reduzi-lo, citando que Trump parou de pedir para que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) reduza as taxas de juros.

Bessent comentou que deseje

alavancar o setor privado e que os "bancos têm sido sobrecarregados por exigências regulatórias onerosas". "Não estou preocupado com a inflação em todo o processo. Quanto mais esperarmos para estender reduções de impostos, maiores serão as chances de que eles aumentem", acrescentou.

O secretário do Tesouro declarou ainda que o acesso a produtos baratos não é a essência do sonho norte-americano e que o país irá olhar para multas massivas impostas pela União Europeia a empresas de tecnologia dos EUA.

CAJAMAR

Corpo de jovem que sumiu foi encontrado sem roupa e mutilado

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O corpo de Vitória Regina de Sousa, de 17 anos, adolecente encontrada morta na quarta-feira passada, após ficar sete dias desaparecida, tinha muitas marcas de violência. O corpo foi localizado em uma trilha no bairro Ponanduva, na zona rural de Cajamar por uma equipe da Guarda Municipal.

A Justiça decretou a prisão do ex-namorado dela, suspeito de envolvimento no crime.

De acordo com a GCM, a adolescente tinha ferimentos profundos na garganta. O corpo estava nu e parcialmente esquartejado, sinais indicativos de crueldade. Os cabelos longos dela tinham sido raspados e os braços estavam amarrados com uma fita plástica. Como o corpo pode ter permanecido um certo tempo no local. Há também a hipótese de que alguns ferimentos tenham sido causados por animais.

Questionada sobre a violência sofrida pela adolescente, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) diz que foram requisitados exames periciais ao Instituto Médico Legal (IML) para o corpo da vítima. Os laudos estão em elaboração.

Os agentes que participaram das buscas acreditam que

Vitória foi mantida em cativeiro por alguns dias, antes de ter o corpo levado para o local de mató, entre a Estrada Francisco Missé e a João Felix Domingues, próximo ao Sítio São Pedro. É que, no início das buscas, os cães farejadores do canil da GM já tinham passado por aquele local.

Os familiares de Vitória reconheceram o corpo pelas tatuagens e pelo piercing que ela usava. A prefeitura de Cajamar mobilizou mais de 100 agentes, entre guardas municipais e integrantes da Defesa Civil, nas buscas por Vitória.

Foram usados cães farejadores do Canil da GM. "Desde o desaparecimento de Vitória, todos os esforços foram mobilizados, incluindo a atuação intensa da Guarda Civil Municipal, que, com o apoio de cães farejadores, contribuiu para a localização do corpo", diz em nota o prefeito Kauã Berto (PSD)

A prefeitura decretou luto oficial de três dias pela morte da jovem. A SSP informou que as investigações prosseguem. Foram colhidos depoimentos de 14 pessoas, entre elas o ex-namorado da vítima, que teve o pedido de prisão temporária decretado pela Justiça. Diligências estão em andamento para cumprir o mandado de prisão.

ZONA SUL

Criança morre após sofrer choque elétrico enquanto brincava

GIOVANNA CASTRO/AE

Uma menina de 12 anos morreu após sofrer um choque elétrico em uma casa de máquinas dentro de um condomínio em Interlagos, na zona sul de São Paulo. O caso aconteceu na noite de terça-feira, passada, por volta das 23 horas. A criança chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada até um hospital, mas não resistiu.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o condomínio fica na Avenida Interlagos e os policiais militares que atenderam a ocorrência foram informa-

dos que a menina estava brincando com outras crianças quando se afastou e entrou na casa de máquinas de piscina que fica dentro do condomínio.

"Ao tentar retirar a criança das fiações, moradores também sofreram choque, mas conseguiram desligar a energia", diz a Secretaria de Segurança Pública. "O Corpo de Bombeiros foi acionado e a menina foi levada ao Hospital Geral de Pedreira, onde foi constatado o óbito."

O caso foi registrado como morte suspeita pelo 98º Distrito Policial (Jardim Miriam), que requisitou perícia.

ATAQUE A BOULOS

Justiça Eleitoral ignora crime e 'absolve' Tarcísio e Nunes

HEITOR MAZZOCO/AE

O juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Antonio Maria Patiño Zorz, absolveu o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto), e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), em ação proposta pelo candidato derrotado na eleição paulistana do ano passado Guilherme Boulos (PSOL), no caso da fala sobre um suposto "salve do PCC" para pedir votos ao esquerdista.

A ação apurava se houve abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação social em razão das declarações de Tarcísio em entrevista coletiva no dia da eleição ao afirmar que a inteligência do governo teria interceptado mensagens atribuídas ao grupo criminoso em prol da candidatura de Bou-



ABRASIL

los. Na ocasião, Tarcísio não apresentou provas e Boulos classificou a declaração como "mentirosa".

Para o magistrado, a ocorrência das modalidades de abuso de poder político ou midiático não foi comprovada. "Os atos narrados na petição inicial não são aptos a serem enquadrados nas hipóteses de abuso de poder mencionadas", registrou o juiz

na sentença. Cabe recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP).

"O réu Tarcísio de Freitas, por sua vez não se utilizou de qualquer aparato do Estado durante a realização da entrevista coletiva, que, conforme consta dos autos, não fora por ele convocada, tampouco tem sua prática vedada pela Legislação Eleitoral, uma vez que habitualmente ocorre

em todos os pleitos com candidatos e autoridades políticas, nos respectivos locais de votação, não configurando, desta forma, conduta vedada prevista no artigo 73, (incisos) I e III, da Lei 9.504/97", afirmou o magistrado.

No dia do pleito, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) afirmou que o sistema de Inteligência da Polícia Militar interceptou a circulação de mensagens atribuídas a uma facção criminosa determinando a escolha de candidatos a prefeituras nos municípios de Sumaré, Santos e na capital paulista.

Em resposta, também no dia da votação de segundo turno, Boulos havia dito que "o candidato que ele apoia (Ricardo Nunes) é que botou o PCC na Prefeitura de São Paulo". Boulos classificou a fala como absurda e grave.

UNIVERSIDADE

MP pede multa para a Unicamp por não instalar ponto eletrônico

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pediu que a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) seja multada por atrasar para a implementação do sistema de ponto eletrônico. Em acordo assinado com o MP, a universidade se comprometeu a atualizar o sistema até dezem-

bro de 2024.

O ponto eletrônico foi uma exigência do Ministério Público para arquivar o inquérito civil que investigou denúncias sobre servidores que não cumpriam toda a jornada de trabalho e que terceirizavam plantões nos hospitais da Unicamp.

A universidade assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em 2023. O principal

compromisso assumido foi a instalação dos terminais de ponto eletrônico em todos os campi e unidades da Unicamp.

A universidade dispõe de 8,4 mil servidores, entre celetistas e estatutários.

O promotor de Justiça Angelo Santos de Carvalhaes deu entrada em uma ação para exigir o cumprimento do acordo. Ele afirma que "não restaram alter-

nativas".

"Já que a executada não cumpriu a obrigação no prazo assumido, pode o exequente agora exigir referido cumprimento, ainda que de forma forçada judicialmente", argumentou.

O acordo prevê uma multa de R\$ 1 mil por dia de descumprimento. O valor cobrado no processo já bate, portanto, R\$ 65 mil.

CASO RICHTHOFEN

Cristian Cravinhos passa a cumprir pena em liberdade

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Condenado a 38 anos pela morte do casal Richthofen, Cristian Cravinhos foi solto na noite de quarta-feira passada, para cumprir o restante da pena em liberdade. Cristian é irmão de Daniel, ex-namorado de Suzane, que também foram condenados pelo assassinato. Agora, os três sentenciados pelo crime que chocou o País em 2002 estão em liberdade.

Suzane von Richthofen e os irmãos Cravinhos foram submetidos a júri popular em 2006. Cristian foi condenado a 38 anos e seis meses em regime fechado. Suzane pegou 39 anos, depois a pena foi reduzida para 34 anos e 4 meses e está em liberdade desde janeiro de 2023. Daniel Cravinhos foi condenado a 39 anos e seis meses de prisão em regime fechado, mas também cumpre em liberdade o restante da pena.

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) não concordou com a decisão e disse que entrará com recurso. A defesa de Cra-

vinhos alega que a decisão foi pautada "única e exclusivamente na lei".

Cristian cumpria pena no regime semiaberto, na Penitenciária de Tremembé, no interior do Estado. O local é conhecido como "o presídio dos famosos". A juíza Sueli Zeraik de Oliveira Armani, da Vara de Execuções Criminais de Taubaté, considerou que o detento cumpriu o tempo de privação de liberdade para obter a progressão para o regime aberto. O chamado lapso temporal aconteceu em 17 de abril do ano passado.

A magistrada destacou ainda o bom comportamento do detento na cadeia e a avaliação psicológica favorável a ele. O Ministério Público de São Paulo se opôs à soltura do condenado, alegando, entre outras razões, que os exames relataram "traços disfuncionais de personalidade" e dificuldade de adaptação a novos contextos sociais.

A juíza entendeu que as objeções do MP não eram suficientes para impedir a progressão para o novo regime. Na decisão,

foram estabelecidos os requisitos que devem ser cumpridos durante o cumprimento da pena em liberdade. Ele deverá comparecer a cada três meses à Vara de Execuções Criminais, deve comprovar ter obtido ocupação lícita e não pode mudar de cidade ou de residência sem prévia autorização da Justiça.

Ele deve se recolher em casa entre 22h e 6h, não podendo frequentar bares, casas de jogo e outros locais incompatíveis com o regime aberto. Caso descumpra qualquer uma dessas regras, Cravinhos perde o direito ao benefício e volta a cumprir pena na prisão.

HISTÓRICO

Em agosto de 2017, Cristian já havia obtido a progressão para o regime aberto, mas descumpriu as regras e acabou voltando para a prisão com regressão para o regime fechado. Em maio de 2018, ao atender a uma ocorrência de briga de casal, em Sorocaba (SP), policiais militares flagraram Cravinhos com uma munição de calibre 9 mm. Ele

teria tentado subornar os policiais para não ser preso.

Em 2020, a Justiça o absolveu do crime de porte ilegal de munição, mas o condenou pelo suborno e por ter violado as restrições do regime prisional. Cravinhos pegou mais 4 anos de prisão.

Em nota, a defesa de Cravinhos informou que o detento "preencheu todos os requisitos objetivos e condições subjetivas exigidos pela Lei de Execução Penal para progredir ao regime aberto" e destacou que "a decisão foi pautada única e exclusivamente na lei". A defesa afirma ainda que ele continuará cumprindo as regras e determinações estabelecidas pela justiça.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Na época do crime, o irmão de Cristian, Daniel Cravinhos, era namorado de Suzane. O trio planejou o assassinato de Manfred e Marisla Richthofen na casa da família, na zona sul de São Paulo. Os pais de Suzane eram contra o namoro da filha com Daniel.

ACIDENTE

Ônibus cai em ribanceira, deixa 26 feridos e um morto em São Paulo

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Um ônibus que transportava 45 pessoas caiu em uma ribanceira, deixando 26 feridos na madrugada de ontem. O acidente acon-

teceu por volta das 3h20, no Km 98 da Rodovia Presidente Dutra (BR 116), sentido São Paulo, antes do trevo de Pindamonhangaba.

O ônibus saiu do Rio de Janeiro às 22h com destino a São Paulo.

As vítimas foram removidas para hospitais da região. Um adolescente de 13 anos não resistiu e faleceu no hospital. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a apuração indicou que o ônibus

fez uma manobra no acostamento, subiu no meio fio e caiu na ribanceira. A Viação 1001, responsável pelo transporte de passageiros, informou que investiga detalhes do acidente.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 45ª (QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 45ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo De Securitizedora De Créditos Imobiliários Da 1ª Série Da 45ª Emissão Da Canal Companhia De Securitizedora De Certificados De Recebíveis Imobiliários Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela Porte Almagah 227 SPE Ltda. E Pela João De Oliveira Torres Incorporações Spe Ltda. ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 21 de março de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a reestruturação societária envolvendo a PORTE ALMAGAH 227 SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 18.584.231/0001-55 ("Devedora 1"), a JOÃO DE OLIVEIRA TORRES INCORPORAÇÕES SPE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 20.189.699/0001-97 ("Devedora 2"), e quando em conjunto com a Devedora 1, a PORTE ENGENHARIA E URBANISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.233.935/0001-72 ("Porte Engenharia"), nos termos previstos no Anexo II à Ata de Assembleia, sem que este evento configure uma Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na cláusula 8.2, subitem (iv) dos Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitizedora), e/ou Hipótese de Vencimento Antecipado Automático, conforme previsto na cláusula 8.1., subitem (k) dos Termos de Emissão; (ii) Aprovar a alteração do rol de Fiadores (conforme definido no Termo de Securitizedora), de modo que passem a figurar como fiadores exclusivamente (a.1) a Porte Engenharia, (b.1) a Devedora 2, (c.1) a PORTE PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 20.972.460/0001-99 ("Porte Participações"); e (d.1) a PORTE DESENVOLVIMENTO URBANO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 55.256.972/0001-33 ("Porte Desenvolvimento") (em conjunto, "Fiadores Notas Comerciais 1"), bem como a (a.2) a Porte Engenharia; (b.2) a Devedora 1; (c.2) a Porte Participações e (d.2) a Porte Desenvolvimento (em conjunto, "Fiadores Notas Comerciais 2"). Por consequência, aprovar a liberação da fiança, com relação às Notas Comerciais 1 e às Notas Comerciais 2, de parte dos Fiadores, a saber (a) MARCO ANTÔNIO MELRO ("Marco"); e (b) SANDRA GASPARG VASCONCELLOS MELRO ("Sandra", e em conjunto com Marco, "Fiadores P"); (iii) Aprovar a contratação de Freitas, Leite e Avvad, inscrito sob o CNPJ nº 61.197.240/0001-12 ("Assessor Legal"), para atuar nos termos da proposta constante do Anexo I à ata de assembleia, para que sejam elaborados todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas e aprovadas na Assembleia Geral, conforme aplicável; e (iv) A autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário dos CRI possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos e aditamentos aos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora) necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata de assembleia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@canal.com.br com cópia para o e-mail juridico@canal.com.br e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais Instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora).

São Paulo, 01 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitizedora

GOLPISTA ARREPENDIDO

General nega participação em tentativa de golpe

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira negou ontem ter atuado para efetivar um golpe de Estado no Brasil em 2022.

A declaração consta na manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a denúncia da trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Nogueira, que é general do Exército, foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a tentativa de golpe de Estado para impedir o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além do militar, o

ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 32 acusados também fazem parte da denúncia.

O general foi acusado de endossar críticas ao sistema eleitoral, instigar a tentativa de golpe e de apresentar uma versão do decreto golpista para pedir apoio aos comandantes das Forças Armadas.

De acordo com os advogados, Paulo Sérgio Nogueira não integrou uma organização criminosa e não atuou para "dar golpe de Estado ou abolir violentamente o Estado democrático de Direito".

"Afirmar que o general Paulo Sérgio integrava organização criminosa e atuou para dar um golpe de Estado e abolir violentamente o Estado Democrático de Direito é um absurdo e está manifestamente contra a prova dos autos", diz a defesa.

PRAZO DE DEFESA

O prazo para entrega da defesa da maioria dos denunciados terminou ontem, exceto no caso do general Braga Netto e do almirante Almir Garnier, que têm até hoje para se manifestarem sobre a denúncia.

JULGAMENTO

Após a entrega de todas as defesas, o julgamento da denúncia vai ser marcado pelo STF.

O processo será julgado pela Primeira Turma do Supremo. O

colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Pelo regimento interno da Corte, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

Se a maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF.

A data do julgamento ainda não foi definida. Considerando os trâmites legais, o caso pode ser julgado ainda neste primeiro semestre de 2025.

FAZENDA COUTOS

Governador da BA pede investigação sobre ação da PM em chacina

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, pediu para a Polícia Civil investigar um "possível exagero" da Polícia Militar na operação que terminou com 12 suspeitos de integrar uma facção criminosa mortos, em Fazenda Coutos, no subúrbio de Salvador, na terça-feira passada. A afirmação foi feita em transmissão ao vivo na internet sobre o balanço do carnaval na Bahia, na noite desta quarta-feira.

"Nós pedimos que todo o estudo seja feito para averiguar se houve algum exagero pela polícia", disse Rodrigues. "O estudo está acontecendo para a gente poder averiguar se há algum exagero", completou.

A operação policial que resultou em 12 mortos ocorreu após relatos de uma invasão promovida por um grupo armado de uma organização criminosa na região de Fazenda Coutos.

"Essa comunidade tinha sido violentada e, por muito tempo, durante dois dias a comunidade estava se queixando com a polícia, mandando pedidos de presença. E a inteligência detectou através de câmeras a disputa de duas facções. Uma delas, se colocando como vencedora, ganhou espaço e queria mandar, proibindo as pessoas de circular, e de imediato a Polícia Militar estudou a área, mas eles enfrentaram a polícia e, por conta disso, 12 tombaram", afirmou o governador.

INVESTIGAÇÃO

Após a chacina, o Ministério Público (MP) da Bahia instaurou procedimento para investigar a atuação da Polícia Militar. O procedimento ficou a cargo dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp).

Ontem, o MP se reuniu com

as Secretarias de Segurança Pública (SSP) e de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), e com o comando das polícias Militar e Civil para discutir encaminhamentos quanto às investigações sobre a intervenção policial.

"Estamos em interlocução direta com as autoridades policiais e forças de segurança, acompanhando todos os passos da investigação, com o Gaeco e o Geosp, no levantamento das informações, principalmente das perícias, para que todas as circunstâncias sejam apuradas com a devida transparência", disse o procurador Geral de Justiça e chefe do MP da Bahia, Pedro Maia.

ANÁLISE DO CENÁRIO

Após a chacina, o Instituto Fogo Cruzado defendeu a necessidade de se repensar a política de segurança pública no estado. Dados compilados pelo Fogo Cruzado mostram que esta é a 100ª chacina em Salvador e na Região Metropolitana desde o início do levantamento de dados na Bahia, em julho de 2022. Desse total, 67% das chacinas envolvem policiais resultando em 261 mortos.

Para a coordenadora regional do Instituto Fogo Cruzado na Bahia, Tailane Muniz, os números mostram que a política de segurança precisa ser pensada para proteger todos os cidadãos.

"Quando 12 pessoas morrem numa ação policial, fica claro que a prioridade é o confronto e não a proteção. Os moradores da região enfrentaram mais de sete horas de um intenso tiroteio, o transporte público suspenso, e a pergunta que fica é: quais os resultados disso? O que vai mudar depois de tanto tiroteio e tantas mortes? Os dados de chacina ajudam a entender que mesmo com tanta morte ainda carecemos de uma política eficiente e que dê os resultados esperados pela população", disse Tailane à Agência Brasil.

Moraes nega novo pedido de mais prazo para defesa de Braga Netto

Felipe Pontes/aBrasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem, em Brasília, mais um pedido do general Walter Braga Netto por mais tempo para se defender contra denúncia pelo crime de golpe de Estado.

O novo pedido foi feito na véspera, depois de Moraes ter negado o prazo em dobro solicitado pela defesa. O ministro negou reconsiderar sua decisão anterior e reiterou que o general tem até as 23h59 de hoje para se defender das acusações.

O magistrado enviou o novo pedido para manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que deve se pronunciar em cinco dias. Em seguida, a defesa deve ter nova oportunidade para apresentar seus argumentos. O recurso poderá então ser encaminhado para a Primeira Turma do Supremo, que deverá julgar se confirma a posição de Moraes.

O ministro aplicou ao caso o prazo previsto no regimento interno do Supremo, de 15 dias para a apresentação de defesa contra denúncia criminal. A defesa de Braga Netto, contudo,

argumenta que a legislação penal e os precedentes da Corte recomendam a concessão do prazo em dobro.

Entre outros argumentos, a defesa alega não haver tempo suficiente para se examinar as centenas de milhares de elementos de prova e documentos que serviram de base para a denúncia. Em um dos *hard drives* [discos rígidos] recebidos, por exemplo, haveria 390 *gigabytes* de dados e mais de 110 mil arquivos, apontaram os advogados.

Outro argumento é o de que Braga Netto teria o direito de apresentar defesa somente depois do tenente-coronel Mauro Cid, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro que firmou acordo de delação premiada. Esse pedido tem como base o artigo 4 da Lei de Colaboração Premiada, segundo o qual o delatado deve ter o direito de se manifestar após o delator "em todas as fases do processo".

Na decisão desta quinta-feira, o ministro Alexandre de Moraes manteve sua posição de que "não há previsão legal" para apresentação de defesa depois do delator, pois a garantia dada pela lei se aplicaria somente após eventual abertura de ação penal, ou seja, após a aceitação

ou não da denúncia.

Para os advogados, a interpretação restritiva do termo "processo", constante na lei, viola o princípio da ampla defesa e do contraditório. Eles apresentaram precedente do próprio Moraes que, para a defesa, autorizaria a manifestação do acusado somente após o delator.

ACESSO ÀS PROVAS

Os advogados José Luis Oliveira Lima e Rodrigo Dall'Acqua também alegam não terem acesso à íntegra das provas que embasaram a denúncia. Segundo eles, o material entregue a eles não seria o mesmo remetido para a outra defesa, tendo mais de mil arquivos a menos.

A defesa também afirma que processos físicos, ainda não digitalizados, e que foram indicados pela PGR como subsídios para a denúncia, não teriam sido disponibilizados.

Moraes voltou a rebater ponto a ponto a existência de provas inacessíveis, afirmando mais uma vez "que a Defesa de Walter Souza Braga Netto possui o amplo acesso aos elementos de prova documentados, inclusive aos elementos de prova mencionados na denúncia".

DENÚNCIA

Braga Netto foi denunciado no fim do mês passado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, junto com o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 32 pessoas. Todos foram acusados de planejar e tentar executar um golpe de Estado e de abolir o Estado Democrático de Direito, entre outros crimes.

O general foi ministro da Casa Civil e da Defesa durante o governo Bolsonaro e, segundo Gonet, teve papel central na trama golpista, inclusive com o fornecimento de dinheiro em espécie para que o plano fosse executado.

O militar está preso preventivamente desde dezembro do ano passado, por determinação de Moraes. Segundo a Polícia Federal (PF), o general da reserva e candidato a vice na chapa de Bolsonaro em 2022 teria tentado obstruir a investigação sobre a tentativa de golpe.

A Polícia Federal identificou que o general, indiciado por ser um dos principais articuladores do plano golpista, tentou obter dados sigilosos da delação de Mauro Cid. Após a prisão, a defesa negou que Braga Netto tenha obstruído as investigações.

Ramagem pede ao Supremo rejeição de denúncia sobre tentativa de golpe

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa do ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, defendeu ontem, em Brasília, a rejeição da denúncia enviada no mês passado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ramagem foi denunciado pela PGR no inquérito que apurou a tentativa de golpe de Estado, em 2022, para impedir o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além do ex-diretor, o ex-presidente Jair Bol-

sonaro e mais 32 acusados também fazem parte da denúncia.

Na manifestação enviada ao Supremo, os advogados negaram que Alexandre Ramagem tenha atuado para descredibilizar o sistema eletrônico de votação e de fazer parte de uma organização criminosa para auxiliar Bolsonaro na divulgação de notícias falsas.

A defesa também contesta a acusação de que Ramagem participou da chamada Abin Paralela, visando obter informações contra opositores e difundir desinformação.

"O cenário demonstra que o

posicionamento público de Alexandre Ramagem era muito distante daquilo que o Ministério Público o acusou de fazer. Longe de trabalhar na 'construção de uma mensagem' de descrédito das urnas eletrônicas, o denunciado reiteradamente se

JULGAMENTO

Após a entrega de todas as defesas, o julgamento da denúncia vai ser marcado pelo STF. O processo será julgado pela Primeira Turma do Supremo. O colegiado é composto pelo relator da denúncia, Alexandre de Moraes, e os ministros Flávio

Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

O regimento interno do STF determina que ações penais devem ser julgadas por duas turmas. Como o relator faz parte da Primeira Turma, a acusação será julgada pelo colegiado.

Se maioria dos ministros aceitar a denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF.

A data do julgamento ainda não foi definida. Considerando os trâmites legais, o caso pode ser julgado ainda neste primeiro semestre de 2025.

judicialmente questões da prova, o que ocorreu em dezembro de 2005, seis anos após o concurso. Em um dos ofícios no processo, ele chegou a renunciar "a quaisquer efeitos pecuniários que lhe possam atribuir a sentença". Em 2018, quando já estava no cargo, o procurador deu entrada em um processo administrativo para receber "vencimentos e outras parcelas remuneratórias conexas, não percebidas no período de 17/6/1999 a 30/12/2005", além da indenização por dano material. O pedido foi aprovado pelo Tribunal de Contas e as parcelas foram depositadas entre outubro de 2018 e outubro de 2019. A juíza Etelvina Lobo Braga, da Vara da Fazenda Pública de Manaus, afirmou na sentença que o procurador "agiu de forma temerária e com prática duvidosa, quando postulou direitos aos quais ele mesmo já havia expressamente renunciado".

Nota

JUÍZA MANDA PROCURADOR DE CONTAS DEVOLVER R\$ 4,5 MI RECEBIDOS POR 'NOMEAÇÃO TARDIA'

O procurador Carlos Alberto de Souza Almeida, que atua no Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), foi condenado a devolver R\$ 4,5 milhões que recebeu em salários retroativos e indenização. O valor engloba vencimentos referentes ao período em que o procurador aguardou ser convocado no concurso público (1999-2005) e uma indenização por dano moral pela "nomeação tardia". O montante a ser restituído aos cofres públicos pode chegar a R\$ 7 milhões, considerando juros e correção monetária. Como a decisão foi tomada na primeira instância, o procurador pode recorrer. Carlos Aberto de Souza Almeida só foi classificado depois de conseguir anular

MARIANA

21 cidades aderem ao termo de reparação

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Até as 16h de ontem, ao menos 21 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo tinham aderido ao acordo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, na zona rural do município de Mariana, em Minas Gerais, em 2015.

Ao todo, 49 cidades estão aptas a assinar o termo de pactuação. Quatro prefeituras formalizaram ontem a decisão, horas antes do prazo final.

O teor do acordo entre prefeituras e a mineradora Samarco foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 6 de novembro de 2024. O limite para adesão termina no último segundo desta quinta-feira.

Rompimento da barragem ocorreu no dia 5 de novembro de 2015. Cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos – volume suficiente para encher 15,6 mil piscinas olímpicas – escoaram por 663 quilômetros pela Bacia do Rio Doce até encontrar o mar no Espírito Santo.

A tragédia deixou 19 mortos. Os distritos mineiros de Bento Rodrigues e Paracatu foram destruídos pela enxurrada. Houve impactos ambientais e as populações de dezenas de municípios de Minas e do Espírito Santo foram afetadas.

A barragem pertencia à mineradora Samarco, uma *joint venture* (parceria empresarial)

entre a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton.

NOVO ACORDO

O acordo homologado pelo STF é uma repactuação da política de reparação anterior, que tinha criado a Fundação Renova para executar as ações. Uma das mudanças foi a extinção da fundação e a disponibilização de recursos diretamente às prefeituras.

A repactuação preconiza que serão destinados R\$ 170 bilhões para ações de reparação e compensação de danos causados pelo desastre. O valor é dividido da seguinte forma:

- R\$ 100 bilhões serão repassados aos entes públicos (União, estados de Minas Gerais e Espírito Santo e municípios que aderirem);
- R\$ 32 bilhões serão direcionados para a recuperação de áreas degradadas, remoção de sedimentos, reassentamento de comunidades e pagamento de indenizações a pessoas atingidas;
- R\$ 38 bilhões foram gastos antes do acordo em ações de reparação dos danos.

Na última quarta-feira, o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, negou pedido de prorrogação do prazo para municípios aderirem ao acordo. A Associação Mineira de Municípios pedia que o prazo de 120 dias aumentasse para 180 dias, para que as prefeituras pudessem avaliar melhor os termos.

FOLIA

Carnaval movimentou R\$ 6,5 bilhões no estado do Rio de Janeiro

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O carnaval no Rio de Janeiro teve mais de 8 milhões de foliões que movimentaram R\$ 6,5 bilhões, sendo cerca de R\$ 5 bilhões apenas na capital fluminense. A informação é da Secretaria Estadual de Turismo.

"Recebemos (turistas de) 160 países. Foi um carnaval atípico positivamente em relação ao ano passado. Tivemos uma ocupação hoteleira de 98,6%, também histórica. No interior do estado, também tivemos uma ocupação histórica de 87% no setor de hotéis", disse Nilo Félix, subsecretário de Turismo.

SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, houve queda de 64% nos furtos a pedestres na cidade em relação ao carnaval de 2024; queda de 9% de crimes de letalidade violenta; 25% a menos de roubo de rua e 33% a menos de roubo de veículo.

A Polícia Militar informou que foram efetuadas 503 prisões em todo o estado, com 69 mandados de prisão cumpridos e dez pessoas presas, identificadas pelo sistema de reconhecimento facial.

"Quero destacar o emprego maciço de tecnologia e o trabalho de policiais militares e civis

que foram fundamentais nas ruas", comemorou o comandante da PM, coronel Marcelo de Menezes.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, foram feitos 556 salvamentos marítimos. Também houve o combate a 1.165 incêndios florestais.

"É atípico nesse período do ano uma quantidade de incêndios tão grande. Ontem (quarta-feira), tivemos simultaneamente 42 focos de incêndios florestais. Isso representa aumento de 360% em relação ao mesmo período do ano passado", disse o comandante da corporação, Tarciso Salles.

No trânsito, dos 5.629 motoristas abordados, 985 foram autuados por alcoolemia e 2.366 por infrações diversas, segundo o Segurança Presente.

SAÚDE

Segundo a Secretaria estadual de Saúde, o Samu teve aumento de quase 20% no atendimento de ocorrências na capital. Foram 3.107, 19,2% a mais em relação ao carnaval de 2024. As UPAs estaduais fizeram 33.008 atendimentos, 13% a menos que no ano passado.

Os agentes do Procon descartaram 50 quilos de alimentos vencidos em dois camarotes na Avenida Marquês de Sapucaí, que foram autuados.

Hotéis do Rio terminam com ocupação de 98,62%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Os hotéis do Rio de Janeiro atravessaram o período de carnaval com ocupação média dos leitos em 98,62%. O índice de procura supera os 86,92% registrados em 2024. Os dados são do HotéisRIO, o sindicato de donos de meios de hospedagem da capital carioca.

A região da cidade mais procurada pelos turistas foi o Centro - onde acontecem os desfiles das escolas de samba e se apresentam inúmeros blocos carnavalescos.

O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, celebrou o carnaval de hotéis cheios. "Bons resultados para a cadeia do turismo - bares, restaurantes e shoppings -, com benefícios para a arrecadação da cidade".

DINHEIRO NA CIDADE

A prefeitura do Rio de Janeiro estimou que o carnaval movimentaria R\$ 5,7 bilhões na cidade. Eram esperados 8 milhões de foliões - entre cariocas e visitantes - nos diversos eventos carnavalescos, como blocos, bailes populares e desfiles.

A grande maioria (6 milhões), nos blocos de rua. Contando o pré-carnaval amanhã, a cidade conta com 457 apresentações de blocos autorizados.

REGIÃO DOS LAGOS

Em relação às demais regiões turísticas do estado, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIHRJ) informou que os locais com maior ocupação foram Arraial do Cabo (96,40%) e Cabo Frio (95,50%).

As duas cidades ficam na região dos lagos, onde o grande atrativo são as praias. Arraial do Cabo é reconhecida formalmente como capital nacional do mergulho.

POLICIAMENTO

RJ celebra carnaval com segurança aprovada

O esquema de segurança implantado pelo Governo do Estado durante o carnaval, que contou com um efetivo de 26 mil agentes entre policiais militares, civis, bombeiros e equipes do Segurança Presente, recebeu elogios dos foliões. O reforço no policiamento pôde ser visto nas ruas do Rio de Janeiro, tanto na capital quanto nas cidades da Região dos Lagos e do interior do estado.

No Sambódromo, palco dos desfiles do Grupo Especial e da Série Ouro, seis torres de observação, 51 viaturas, além de unidades do Batalhão de Choque e o CICC Móvel garantiram o monitoramento completo do espetáculo dentro e fora do evento durante os 5 dias de desfiles.

"Trabalhamos para garantir a segurança não só na Sapucaí, mas em todo o estado do Rio de Janeiro. Na capital fo-

ram mais de 40 blocos por dia, praias lotadas e até jogo no Maracanã, tudo acontecendo simultaneamente. A Polícia Militar e a Polícia Civil atuaram com planejamento e eficiência para que cariocas e turistas pudessem aproveitar a festa com tranquilidade. Não tenho dúvida de que nossas forças de segurança foram fundamentais para o sucesso dessa celebração", disse o governador Cláudio Castro.

Câmeras de reconhecimento facial mais uma vez foram grandes aliadas do evento, colaborando com a identificação de suspeitos, foragidos da Justiça e na localização de pessoas desaparecidas. Na terça-feira (04/03), a Polícia Militar atingiu a marca de 500 presos com auxílio desta ferramenta, com a prisão de um homem com mandado de prisão em aberto pelo crime de roubo.

ARTIGO EM CONJUNTO

Lula, Ramaphosa e Sánchez defendem o multilateralismo

CÉLIA FROUFE/AE

Anfitriões de eventos internacionais de peso em 2025, os chefes de governo de Brasil, África do Sul e Espanha escreveram um artigo publicado e reproduzido ontem por vários veículos de comunicação do mundo, inclusive no Brasil, sobre a importância da união do globo em um momento de fragmentação. "2025 será um ano decisivo para o multilateralismo", inicia o texto intitulado "Unindo forças para superar desafios globais" e assinado por Luiz Inácio Lula da Silva, Cyril Ramaphosa e Pedro Sánchez. Apesar de os Estados Unidos não serem citados em nenhum momento, o artigo é uma clara reação ao governo de Donald Trump.

"Os desafios que se apresentam diante de nós - desigualdades crescentes, mudanças climáticas e o déficit de financiamento para o desenvolvimento sustentável - são urgentes e estão interconectados", escreveram os líderes, acrescentando que é preciso to-

mar ações coordenadas e corajosas para abordá-los, e não recuar ao isolamento, a ações unilaterais ou a rupturas.

Os autores recepcionarão em seus países três grandes encontros que, segundo eles, oferecerão uma oportunidade única de estabelecer um caminho em direção a um mundo mais justo, inclusivo e sustentável: a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), em Sevilha, Espanha; a 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Belém, Brasil; e a Cúpula do grupo das 20 economias mais ricas do globo (G20), em Joanesburgo, África do Sul. "Essas reuniões não podem ser apenas mais-do-mesmo, elas precisam entregar progressos reais", defenderam.

Os líderes destacaram que o planeta passa por um momento multilateral que não se pode desperdiçar. "A confiança no multilateralismo está sob tensão e, no en-

tanto, nunca houve tanta necessidade de diálogo e cooperação global. É preciso reafirmar que o multilateralismo, quando se reveste de ambição e se orienta à ação, continua sendo o veículo mais efetivo para abordar desafios compartilhados e avançar em áreas de interesse comum", enfatizaram, citando a Agenda 2030 e o Acordo de Paris.

O G20, a COP30 e o FfD4, segundo os autores, devem servir como marcos de um compromisso renovado com a inclusão, o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada. "Isso exigirá forte vontade política, a plena participação de todos os atores relevantes, uma mentalidade criativa e a habilidade de compreender os condicionantes e as prioridades de todas as economias."

O texto também defende a abordagem da desigualdade por meio de uma "arquitetura financeira renovada". Os chefes de governo mencionam que as desigualdades de renda vêm aumentando, que países em desenvolvi-

mento sofrem dívidas insustentáveis e que faltam serviços básicos em saúde e educação, entre outros pontos "Trata-se não apenas de uma falha moral, mas de um risco econômico para todos. A arquitetura financeira global precisa ser reformada a fim de dar mais voz e representatividade aos países do Sul Global, assim como acesso mais justo e previsível a recursos", argumentaram.

Após defenderem uma transição climática mais justa, os líderes ressaltaram a importância de haver uma resposta global às ameaças que cercam todo o planeta. "O mundo está cada vez mais fragmentado, e é exatamente por essa razão que devemos redobrar os esforços para encontrar uma base comum", enfatizaram. "Ao vislumbrarmos 2025, conclamamos a todas as nações, instituições internacionais, setor privado e sociedade civil a se colocarem à altura desse momento. O multilateralismo é capaz e precisa gerar resultados - porque os riscos são muito altos para permitirmos o fracasso", concluíram.

ACORDO DE PAZ

Governo Trump confirma 'conversas' com grupo Hamas

A Casa Branca confirmou quarta-feira passada que autoridades dos Estados Unidos estão envolvidas em "conversas e discussões contínuas" com o Hamas.

Questionada sobre as conversas, que foram reveladas pelo site Axios, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, se recusou a fornecer detalhes sobre as negociações, mas disse que Donald Trump autorizou seus enviados a "falar com qualquer pessoa".

"Veja, dialogar e conversar com pessoas ao redor do mundo para fazer o que é do melhor interesse do povo americano é algo que o presidente... acredita ser um esforço de boa-fé para fazer o que é certo para o povo americano", disse.

De acordo com a porta-voz, Israel foi consultado sobre as tratativas. "Durante consultas com os Estados Unidos, Israel expressou sua opinião sobre negociações diretas com o Hamas", disse o gabinete do primeiro-ministro is-

raelense, Binyamin Netanyahu. Autoridades do Hamas também confirmaram as reuniões.

De acordo com a Axios, o enviado especial dos EUA, Adam Boehler, se encontrou com membros do Hamas nas últimas semanas em Doha, no Catar, para discutir a libertação dos cinco reféns americanos ainda mantidos pelo grupo terrorista na Faixa de Gaza, quatro dos quais estão mortos.

As negociações também incluíram discussões sobre a libertação de todos os reféns que permaneceram em Gaza, bem como a possibilidade de um cessar-fogo permanente, acrescentou o Axios, citando duas fontes anônimas familiarizadas com as negociações.

A confirmação das negociações na capital do Catar acontece enquanto o cessar-fogo Israel-Hamas permanece em jogo. Este é o primeiro envolvimento direto conhecido entre os EUA e o Ha-

mas desde que o Departamento de Estado designou o grupo como uma organização terrorista estrangeira em 1997.

Trump sinalizou que não tem intenções de afastar Netanyahu de um retorno ao combate se o Hamas não concordar com os termos de uma nova proposta de cessar-fogo, que os israelenses anunciaram como sendo elaborada pelo enviado dos EUA Steve Witkoff.

O novo plano exigiria que o Hamas libertasse metade dos reféns restantes - a principal moeda de troca do grupo terrorista - em troca de uma extensão do cessar-fogo e uma promessa de negociar uma trégua duradoura. Israel não fez menção de libertar mais prisioneiros palestinos, um componente-chave da primeira fase.

TRUMP AMEAÇA GAZA

Trump ameaçou quarta-feira a população de Gaza se os reféns restantes não forem libertados, e

alertou os dirigentes do grupo terrorista para que deixem o território enquanto podem

"Para a população de Gaza: um lindo futuro os espera, mas não se retiverem os reféns. Se o fizerem, estão MORTOS! Tomem uma decisão INTELIGENTE. LIBERTEM OS REFÊNS AGORA, OU HAVERÁ UM INFERNO A PAGAR DEPOIS!", escreveu o republicano em sua rede Truth Social.

Na mesma publicação, Trump exigiu ao Hamas que "devolva imediatamente todos os corpos das pessoas que assassinou" durante o ataque desse grupo contra Israel em 7 de outubro de 2023, que desencadeou a guerra.

"Este é seu último aviso! Para os dirigentes (do Hamas), agora é a hora de sair de Gaza, enquanto ainda têm oportunidade", acrescentou. "Estou enviando a Israel tudo o que se necessita para terminar o trabalho, nem um único membro do Hamas estará a salvo."

GUERRA DA UCRÂNIA

França oferece inteligência militar à Ucrânia após Trump suspender ajuda

O governo da França decidiu enviar informações reunidas por sua inteligência militar para a Ucrânia depois que a Casa Branca anunciou que estava congelando o compartilhamento de informações com Kiev.

Segundo o ministro da Defesa francês, Sebastien Lecornu, após a decisão dos EUA de suspender toda a ajuda militar à Ucrânia, o presidente francês Emmanuel Macron pediu-lhe para acelerar os vários pacotes de ajuda francesa para compen-

sar a falta de assistência americana. A inteligência americana é vital para a Ucrânia rastrear os movimentos das tropas russas e selecionar alvos.

"Nossa inteligência é soberana", disse Lecornu. "Temos inteligência da qual permitimos que a Ucrânia se beneficie".

Os Estados Unidos disseram na quarta-feira passada que interromperam o compartilhamento de informações com a Ucrânia, cortando o fluxo de informações vitais que ajudaram a

nação devastada pela guerra a atacar os invasores russos, mas as autoridades do governo Trump disseram que as conversas positivas entre Washington e Kiev significam que pode ser apenas uma suspensão curta.

Lecornu disse ainda que, na esteira da decisão dos EUA, as remessas de ajuda à Ucrânia que partiam da Polónia foram suspensas, acrescentando, no entanto, que "os ucranianos, infelizmente, aprenderam a lutar nessa guerra há três anos e sa-

bem como estocar".

Na quarta-feira, em um discurso à nação, o chefe de Estado francês alertou sobre o que chamou de ameaça russa, que afeta os países da Europa, e afirmou que a agressividade de Moscou parece não conhecer fronteiras, três anos após o início da ofensiva na Ucrânia.

Macron também anunciou no discurso a intenção de "abrir o debate estratégico" sobre a proteção do continente com a ajuda do guarda-chuva nuclear francês.

Zelenski: 'é muito bom não estar sozinho'

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, agradeceu ontem, o apoio da Europa a seu país no conflito com a Rússia e destacou que dessa forma os ucranianos não estão sozinhos. Zelenski participa em Bruxelas (Bélgica) de uma cúpula emergencial sobre Defesa da Europa e a ampliação da ajuda à Ucrânia, após os EUA romperem

com Kiev e se alinharem ao Kremlin. "Estamos muito agradecidos por não estarmos sozinhos. E não são palavras; sentimos profundamente. É muito importante que (a Europa) tenha enviado um sinal forte aos ucranianos", disse o presidente ao chegar para uma reunião de cúpula em Bruxelas.

Após o bate-boca entre Trump

e Zelenski na semana passada na Casa Branca, quando o americano chamou o ucraniano de ingrato, os EUA suspenderam o compartilhamento de informações de inteligência com a Ucrânia na guerra contra a Rússia e interromperam o fluxo de ajuda militar.

O rompimento ocorre depois de Trump, que prometeu na cam-

panha acabar com a guerra, aceitar as condições de Vladimir Putin para uma trégua sem envolver ucranianos e europeus nas negociações. Essas condições envolvem, por exemplo, a anexação de parte do território de Kiev à Rússia. O temor de uma Moscou cada vez mais agressiva, o repentino redesenho de alianças desencadeado por Trump e a retirada da ajuda à Ucrânia estão levando os europeus a acelerar os planos para reforçar suas Forças Armadas.